

MEC

Governo, imprensa e educação

POL
732

185

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

Ministro da Educação
Marco Maciel

Com muita honra aqui compareço, na qualidade de representante do Excelentíssimo Senhor José Sarney, Presidente da República em exercício, para presidir esta solenidade de instalação do IV Encontro Nacional das Associações de Imprensa e do I Ciclo de Conferências sobre a Imprensa Brasileira.

Para todos nós, creio, malgrado a comoção que domina todo o País, em face da hospitalização do Presidente Tancredo Neves, o instante em que se realiza o presente conclave tem um sentido muito especial.

Para o Governo, de modo particular, que fez da consolidação democrática o fundamento de sua própria legitimidade, nada mais importante e significativo do que celebrar a liberdade. Não só o velho preceito da liberdade de imprensa, em sua formulação original, como expressão das liberdades de pensamento, de crença religiosa e de convicções políticas, mas sobretudo os novos conceitos que o pensamento liberal contemporâneo chama, com muita propriedade, de “a nova liberdade”: o direito à informação, em todas as modalidades e nas múltiplas implicações que possuem as sociedades de massa. Em suma, aquilo que, nesta série de reuniões, certamente será objeto de debates — a

liberdade de acesso às fontes de informação, de produzir, de colher, de difundir e de disseminar, sem restrições de qualquer natureza, e sem censura de qualquer espécie, o conhecimento que a humanidade incessantemente produz em todos os campos: na ciência, na tecnologia, na cultura e nas constantes transformações que fazem do complexo mundo de hoje um universo sem limites geográficos, em que a simultaneidade da ocorrência dos fatos e a instantaneidade dos meios transformam a mensagem num código acessível a todo e qualquer cidadão.

No momento em que os jornalistas brasileiros aqui reunidos analisam o seu próprio papel, numa sociedade em vias de profundas transformações, creio não ser fora de propósito lembrar-lhes as responsabilidades políticas que assumiram para o advento deste que ninguém hesitaria em chamar de governo oriundo da mobilização nacional. Na verdade, a maior característica da Nova República, até mesmo neste transe de preocupações e incertezas que todos vivemos, é exatamente um grau antes inatingido de uma ampla, reconhecida e irrestrita participação da sociedade na busca e na redefinição de seu próprio destino. Apenas isto já me permite dizer, sem o risco de incorrer em heresias, que, como em nenhum outro momento de nossa história, Governo e Imprensa têm hoje interesses e objetivos que são rigorosamente comuns e coincidentes.

Se para os jornalistas o direito de crítica e a liberdade de divergir são condições essenciais para o próprio exercício da profissão, para o Governo, que nasceu de um inusitado movimento de convergência e de conciliação nacionais, a mobilização da sociedade e a participação de todos nas questões de cidadania são fatores de inequívoca

legitimação e condições indispensáveis na realização de seus objetivos.

A tecnologia no processo de democratização do ensino

Nós, no entanto, não temos apenas interesses e objetivos comuns. Muito mais do que isso, temos tarefas e desafios comuns. Um país que foi capaz de absorver, implantar, manter e expandir uma das mais modernas redes de informação pública, com a aplicação da mais sofisticada tecnologia hoje utilizada no campo das comunicações, terá também que provar agora ser capaz de democratizá-la, para fazer dela um instrumento na superação das barreiras que entravam e retardam o nosso desenvolvimento. O poder explosivo das informações e a velocidade na diversificada produção do conhecimento humano são recursos das sociedades pós-industriais que os países em desenvolvimento não podem ignorar. As sociedades democráticas e as sociedades pluralistas têm que conviver com esta realidade.

Para aqueles que, como nós, vêem no liberalismo contemporâneo o caminho exequível para a sociedade democrática e pluralista, não tem mais sentido o velho dilema que Galbraith lançou na década de sessenta, para saber se as nações são ricas porque são educadas, ou se educadas porque são ricas. Prosperidade e educação são apenas duas faces indissociáveis da mesma realidade. O mundo já não se divide apenas entre países ricos e pobres. O que caracteriza o desenvolvimento, concebido não apenas em sua vertente econômica, mas sobretudo em sua concepção global, é a utilização, adequada e eficiente, dos recursos da tecnologia mais avançada, no aproveitamento do potencial de riqueza de cada nação. O que hoje confronta o desenvolvimento, a prosperidade e a riqueza com o subdesenvolvimento, o atraso e a miséria é a divisão do mundo entre os que produzem conhecimento e tecnologia e os que apenas os consomem.

Por isso é fundamental proclamar a importância de buscarmos habilitar, cada vez mais, a sociedade para participar, com toda intensidade, desse processo, como forma de prepará-la para o pleno exercício da cidadania e fazê-la agente do projeto de desenvolvimento.

Estamos, também, convencidos de que quanto maior o grau de instrução formal, ou o de educação em geral, maior assimilação crítica de informação, e o desenvolvimento das condições de entretenimento e lazer. Os hábitos de leitura e a necessidade de informação especializada crescem em todos os países, à medida e à proporção que crescem os níveis de educação. O papel que a imprensa tem na busca desse objetivo é tão fundamental para o País quanto o é para o próprio desempenho de sua atividade econômica e intelectual.

Educação – objetivo de governo, dever do Estado, compromisso coletivo

É aqui que volto às motivações políticas de nossos interesses comuns e convergentes. Se os profissionais da informação — jornalistas, radialistas e homens de televisão — desconhecem a sua enorme capacidade mobilizadora em torno de objetivos que devem ser nacionais, porque são urgentes e inadiáveis, e do interesse de toda a Nação, volto a lembrar a responsabilidade que assumiram na luta pela mobilização política de que resultou a Nova República. Este Governo tem consciência de que o êxito de sua viabilização política muito se deveu à mobilização nacional que se produziu, em grande parte, com a participação consciente e ativa de todo o jornalismo brasileiro.

Esse esforço — tão poderoso que removeu todos os obstáculos que entravavam a solução do consenso — pode sem dúvida ser aplicado em benefício da superação das barreiras que se antepõem ao desenvolvimento. E o primeiro deles, seguramente, é o de banirmos e erradicarmos, de

uma vez por todas, o analfabetismo e o de transformarmos o inaceitável quadro educacional que as estatísticas exibem. Este é, inquestionavelmente, um objetivo de governo. Mas não vejo por que não possa ser, tal como na luta pela redemocratização, o objetivo de toda a sociedade e de todo o jornalismo brasileiro. Pois, convém lembrar, educação é um direito individual, um dever do Estado, uma obrigação coletiva e uma responsabilidade social de toda a comunidade.

Desejo, assim, convicto de que não altero o sentido deste Encontro, formular apelo para que neste fórum também se medite sobre a necessidade de uma ampla conscientização e mobilização nacional com vistas a mudar a situação em que se encontra a educação em nosso país, buscando-se resgatar a enorme dívida que temos com aqueles que não tiveram acesso à educação formal ou dela foram alijados sem apropriar-se sequer dos conhecimentos fundamentais.

Conclamo, portanto, a todos os jornalistas aqui reunidos a que — nas exposições e debates constantes do denso e rico programa de suas atividades — tenham presentes também estes aspectos da vida brasileira

Ao concluir, desejo formular a todos — e, de modo particular, aos promotores do Encontro, em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney — os melhores votos de êxito deste conclave. Os seus resultados interessam a todos nós, vez que poucas profissões têm uma tão elevada dimensão social e são assim tão úteis à afirmação democrática do País e à formulação de uma correta e adequada política de desenvolvimento.

**Discurso do Ministro Marco Maciel na instalação
do IV Encontro Nacional das Associações de
Imprensa e do I Ciclo de Conferências sobre
a Imprensa Brasileira — Brasília — 29/3/85**